

RAÚL GUSTAVO FERREYRA

***MANIFESTO DO ESTADO
CONSTITUCIONAL***

*Regras Fundamentais sobre os Antecedentes
e Justificação da Associação Estatal*

Tradução de BEN HUR RAVA

 **MALHEIROS**
EDITORES

Sumário

Prefácio – PAULO BONAVIDES	7
---	---

PREÂMBULO

§ I. Itinerário	17
§ II. O Texto	
<i>II.1 A concepção principal e geradora do “Manifesto”</i>	19
<i>§ III. Sobre um Constitucionalismo Cidadão</i>	22
<i>§ IV. Reconhecimentos e Agradecimentos</i>	24
<i>§ V. Dedicatórias</i>	25
<i>§ VI. Uma Certeza Final</i>	26

PRIMEIRA PARTE

§ I. Abertura

<i>I.1 Afirmação capital</i>	27
<i>I.2 Sistema ou ordem constitucional. Remissão</i>	28
<i>I.3 A Constituição, quarto elemento do Estado</i>	28
<i>I.4 Estratégia argumentativa</i>	29

§ II. Origens da Associação

<i>II.1 Uno e o universo</i>	33
------------------------------------	----

§ III. O Estado

<i>III.1 Generalidades</i>	38
<i>III.2 Natureza do Estado. Definição</i>	40
<i>III.2.1 Breve interlúdio. O Estado Constitucional na Argentina</i>	43
<i>III.3 Elementos naturais do Estado</i>	45

<i>III.3.1 A população</i>	45
<i>III.3.2 O território</i>	49
<i>III.4 Elementos não naturais</i>	
<i>III.4.1 O poder do Estado</i>	51
<i>III.4.2 O quarto elemento do Estado, a Constituição</i>	57
<i>III.5 Interlúdio. A questão do nome</i>	
<i>III.5.1 O nome do Estado</i>	57
<i>III.5.2 “Estado-Nação”, Estado Federal e Estado Argentino</i>	60
<i>§ IV. Regras Constitucionais Inacabadas ou de Realização Progressiva que Fundamentam o Estado</i>	
<i>IV.1 Artifício constitucional</i>	62
<i>IV.2 Antecedente constitucional</i>	63
<i>IV.3 Razão constitucional</i>	64
<i>IV.4 Enumeração das regras</i>	64
<i>§ V. Regra sobre a Subordinação</i>	
<i>V.1 Regra fundamental</i>	68
<i>V.2 Relação com o Direito Internacional dos Direitos Humanos/ DIDH</i>	71
<i>V.3 Controle de constitucionalidade</i>	79
<i>V.4 A juridicidade, raiz da ordem estatal</i>	87
<i>V.4.1 Mundo com regras jurídicas e sem elas</i>	89
<i>V.4.2 Configuração e gradação normativa</i>	92
<i>V.4.3 Privacidade, fundamento da soberania individual e de uma sociedade livre e aberta</i>	95
<i>V.5 Resumo sobre regra de subordinação</i>	107
 SEGUNDA PARTE	
<i>§ VI. Regra sobre Variação</i>	109
<i>VI.1 Resumo</i>	114
<i>§ VII. Regra sobre a Distinção de Funções. Dogma ou Teoria sobre Distribuição Horizontal e Vertical do Poder</i>	
<i>VII.1 Palavras sobre o Poder Público. Generalidades</i>	114
<i>VII.2 Moldura</i>	120
<i>VII.2.1 Terminológico. Critério sobre “distinção”</i>	120

<i>VII.2.2 Precisão dogmática</i>	122
<i>VII.2.3 Precisão semântica</i>	123
<i>VII.3 Forma do Estado</i>	124
<i>VII.4 Forma política. Democracia. Direção do Estado Argentino</i>	
<i>VII.4.1 Advertência. Regresso</i>	124
<i>VII.4.2 Regra de reconhecimento</i>	125
<i>VII.5 A orientação jurídica do Estado. Notícias sobre federalismo</i>	
<i>VII.5.1 Um ente federal</i>	129
<i>VII.5.2 Distribuição de competências entre o Estado Federal e as entidades federativas</i>	131
<i>VII.5.3 Supremacia, cooperação e coordenação</i>	132
<i>VII.5.4 Nova descentralização política</i>	133
<i>VII.5.5 Regionalismo</i>	133
<i>VII.5.6 Réquiem sobre a dominação dos recursos naturais</i>	133
<i>VII.6 Forma e sistema constitucional de governo. Limites do tema</i>	135
<i>VII.7 Sobre a República</i>	136
<i>VII.8 Sistema constitucional do governo presidencial</i>	141
<i>VII.9 Resumo</i>	146
<i>§ VIII. Sobre a Ação dos Direitos Fundamentais</i>	
<i>VIII.1 Reexame. Natureza processual e substancial dos fundamentos constitucionais</i>	147
<i>VIII.2 Uma certa linha de ação para o exercício da força</i>	149
<i>VIII.3 Uma questão intermediária. A nomenclatura</i>	151
<i>VIII.4 Boa-fé</i>	153
<i>VIII.5 Pro homine</i>	155
<i>VIII.6 Desenvolvimento progressivo</i>	156
<i>VIII.6.1 Medidas imediatas</i>	157
<i>VIII.6.2 Expectativas de não regressão</i>	158
<i>VIII.6.3 Expectativa de desenvolvimento progressivo</i>	158
<i>VIII.6.4 Consciência jurídica</i>	158
<i>VIII.7 Novo interlúdio: a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos/CIDH de acordo com a Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina/CSJN</i>	159

<i>VIII.7.1 A casuística</i>	159
<i>VIII.7.2 Ponto de vista</i>	162
<i>VIII.8 Sobre a objetividade dos direitos fundamentais</i>	163
<i>VIII.9 Resumo</i>	166
<i>§ IX. Observações Finais</i>	166
<i>Bibliografia</i>	175